

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JULIANA DE AQUINO MACEDO

**RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
PÚBLICA, COMPARADO ÀS PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS PELA NBC T-**

15

DOURADOS/MS

2017

JULIANA DE AQUINO MACEDO

**RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
PÚBLICA, COMPARADO ÀS PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS PELA NBC T-**

15

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Maria Aparecida
Farias de Souza Nogueira

Banca Examinadora:

Professora Marli da Silva Garcia

Professor Manfredo Rode

Dourados/MS

2017

**RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
PÚBLICA, COMPARADO ÀS PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS PELA NBC T-**

15

JULIANA DE AQUINO MACEDO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof^aDr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
Presidente

Prof^aDr^a Marli da Silva Garcia
Avaliadora

Prof. Me. Manfredo Rode
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por mais esta oportunidade e realização desse sonho, esta pesquisa é mais do que um Trabalho de Conclusão de Curso, é o cumprimento de uma promessa que Deus fez na minha vida. Tudo seja para Glória do Senhor!

Um agradecimento especial para a Professora Doutora Maria Aparecida F. de S. Nogueira, que me orientou com tanto carinho, dedicação e paciência. Louvo a Deus pela sua vida, somente ele poderá recompensar por tudo o que fez! Nada disso seria possível sem seu auxílio e conselhos de perseverança.

Ao meu pai amado, que sempre me incentivou, sonhou os meus sonhos e acreditou em mim. A minha mãe *in memoriam*, meu eterno amor, obrigada por me mostrar o caminho, essa conquista é dedicada a você!

Aos amigos e familiares que direta ou indiretamente contribuíram, torceram e se alegraram comigo, em especial a minha grande e amada amiga Gabrielli do C. Martinelli, que com poucas palavras e belas atitudes me inspirou a continuar.

Muito Obrigada!

RESUMO

Muitas grandes empresas estão divulgando informações contábeis pertinentes ao Meio Ambiente, este é o reflexo da grande mobilização e conscientização por parte da sociedade em relação a natureza e a escassez de seus recursos. Essa pesquisa buscou analisar e comparar se as informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016, estão de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15. Utilizou-se como método de pesquisa a revisão bibliográfica tendo como material exploratório os Relatórios de Sustentabilidade que são divulgados pela instituição. Constatou-se que no exercício de 2014 a entidade esteve alinhada aos parâmetros da NBC T 15, deixando apenas de evidenciar um dos itens exigidos. No exercício de 2015 e 2016 observou-se relevante diminuição dos elementos de evidenciação exigidos, como por exemplo, valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental e informações relativas a ações trabalhistas movidas contra a entidade. Ponto relevante descoberto por tratar de itens de conotação negativa para as empresas e seus usuários.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Relatório de Sustentabilidade; NBC T 15; Evidenciação; Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

Many large companies are disclosing accounting information pertinent to the environment, this is a reflection of the great mobilization and awareness on the part of society regarding the nature and scarcity of its resources. This research sought to analyze and compare if the information disclosed in the Sustainability Reports published by a Financial Institution in the years 2014 to 2016 are in accordance with the parameters established in NBC T 15. The bibliographic review was used as an exploratory material the Sustainability Reports that are disclosed by the institution. It was verified that in 2014 the entity was aligned with the parameters of NBC T 15, leaving only to highlight one of the required items. In the year 2015 and 2016, a significant reduction in the required evidence was observed, such as the amount of fines and compensation related to environmental matters and information related to labor lawsuits filed against the entity. Relevant point discovered by dealing with items of negative connotation for companies and their users.

Keywords: Environment; Sustainability report; NBC T 15; Disclosure; Environmental Accounting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
2 REVISÃO TEÓRICA	11
2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	12
2.2CUSTOS AMBIENTAIS	13
2.3DESPESAS AMBIENTAIS	14
2.4RECEITAS AMBIENTAIS	15
2.5GESTÃO AMBIENTAL.....	16
2.6RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL	16
2.7NBC T 15... ..	18
3 METODOLOGIA	21
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	21
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE.....	23
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	24
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXO A – RESOLUÇÃO 1003/2004 - CFC E NBC T 15.....	34
ANEXO B - MODELO II - DVA - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS....	40

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem intensificado as mobilizações direcionadas aspráticas e políticas sustentáveis. São movimentações por meio de ações e cobranças com iniciativas que evidenciem estratégias eficazes de gestão ambiental e social.

A sustentabilidade é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento das organizações. Os consumidores estão mais conscientes e preocupados com as questões climáticas, como o aquecimento global, a escassez dos recursos naturais, isso faz as organizaçõesreverem seus conceitos em relação ao sistema de gestão ambiental. De acordo com Borges et al. (2010) quando as empresas se preocupam com as questões ambientais, com medidas preventivas, sua imagem perante a opinião pública é significativamente diferenciada.

A sociedade em geral demonstra ter entendido que os recursos naturais são escassos, compreendendo assim, a necessidade de preservação ambiental. Levando esta realidade para ótica empresarial, compreende-se que desde fornecedores, prestadores de serviços, e até o consumidor final estão mais exigentes quando o assunto é relacionado ao sistema de gestão ambiental (FREITAS *et al* 2007).

Tendo em vista a constante preocupação da sociedade com o assunto, as empresas conscientizadas passaram a tratar a área ambientalcom o mesmo zelo que as demais, principalmente as relacionadas ao lucro. Uma das formas de evidenciar essa preocupação é publicar o Relatório de Sustentabilidade.

A respeito da divulgação do Balanço Social e/ou do Relatório Socioambiental, constatou-se que são ferramentas importantes disponibilizadas à sociedade pelas entidades, visto que contém informações significativas em relação a ação das empresas em prol da sociedade e do Meio Ambiente. Existem instituições que têm o objetivo de orientar a elaboração dos relatórios socioambientais, dentre elas, uma das mais importantes é a *Global Reporting Initiative* (GRI), que foi fundada em 1997, é uma organização que desenvolveu uma conceituada estrutura para relatórios de resultados das organizações que evidenciam o tripé da sustentabilidade que são as dimensões econômicas, sociais e ambientais (NOGUEIRA E FARIA, 2012).

A instituição pesquisada divulgou em 2017 seu nono Relatório de Sustentabilidade, contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. Com intuito de prestar contas sobre projetos, indicadores, desempenho e estratégias adotadas pela

instituição financeira, ela utiliza as diretrizes da *Global Reporting Initiative*¹ (GRI). Conforme divulgado pela própria GRI, suas diretrizes permitem “a elaboração de relatórios que se concentrem nos impactos relevantes para as organizações e para a sociedade, ou seja, documentos estratégicos, focados, credíveis, e mais fáceis de consultar pelos *stakeholders*²”.

Conforme divulgado no Relatório de Sustentabilidade de 2016, a estatal atua a mais de 150 anos no Brasil, com quase 83 milhões de correntistas e poupadores, e mais de 57 mil pontos de atendimentos. Devido à magnitude da instituição, elaborou-se esse estudo, que visa verificar se as informações divulgadas seguem os parâmetros estabelecidos pela NBC T 15 e explicar à sociedade.

A pesquisa teve por objetivo comparar os três últimos Relatórios de Sustentabilidade (Exercícios 2014, 2015 e 2016) buscando identificar se essas demonstrações encontram-se de acordo com a NBC T 15 (Normas Brasileiras de Contabilidade - Informações de Natureza Social e Ambiental), visando incentivar às entidades a utilizarem a Contabilidade Ambiental como ferramenta de gestão interna e mostrar à sociedade a importância de se acompanhar as demonstrações divulgadas pelas empresas.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Divulgada e estabelecida em 19 de agosto de 2004 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a NBC T 15 padroniza os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, que devem ser adotados pelas entidades desde 1º de janeiro de 2006. Barbosa et al(2014) dizem que apesar de não haver, no Brasil uma legislação a nível federal, que garante a publicação das práticas socioambientais pelas empresas, a Contabilidade auxilia o processo de divulgação através do cumprimento da NBC T 15.

Nesse contexto surge a preocupação com as informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade de uma Instituição Financeira Pública abrangendo os exercícios de 2014 a 2016, com os seguintes questionamentos: como estão sendo divulgadas as informações ambientais, de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15: de forma completa, parcial ou não houve evidenciação das informações?

¹A *Global Reporting Initiative* é uma organização internacional que ajuda empresas, governos e outras instituições a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade.

²*Stakeholders* são os usuários da contabilidade.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos representam o fim que o trabalho monográfico se propõe a atingir, que é dar uma resposta ao problema formulado, ou, em outras palavras, indicam o resultado que se quer atingir ao final da pesquisa, de acordo com Fachin (2002 *apud* Beuren, 2010).

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar e comparar as informações divulgadas nos Relatórios Socioambientais publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016, de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar a importância da contabilidade ambiental e da gestão ambiental, de acordo com a NBC T 15;
- Coletar as informações divulgadas nos Relatórios Socioambientais da instituição nos três exercícios;
- Classificar e analisar as informações segundo a NBC T15.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo é relevante à sociedade brasileira, tendo em vista que, a instituição financeira, objeto do trabalho, atualmente é uma das três maiores do país, conforme divulgado pela Revista Exame (EXAME, 2017). A entidade tem uma carteira de quase 83 milhões de clientes, número divulgado em 2017, no último Relatório de Sustentabilidade do exercício de 2016, por ser uma instituição pública, onde a maioria dos brasileiros fazem uso de seus serviços, sendo estes correntistas/poupançadores, ou não.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo analisar as contribuições teóricas utilizadas para realização deste estudo. Nesta seção é apresentado o tema Contabilidade Ambiental, assunto bastante abordado nos últimos tempos devido à crescente conscientização da sociedade sobre a escassez dos recursos naturais. Custos, despesas e receitas ambientais serão conceituados e exemplificados neste capítulo.

Além de auxiliar na preservação do Meio Ambiente as evidenciações desses três itens ajudam as entidades a cumprirem a legislação, evitarem prejuízos, aumentando assim seu lucro, dentre outras vantagens(BRUMATI, 2015).

A respeito da divulgação do Balanço Social e/ou do Relatório Socioambiental, constatou-se que são ferramentas importantes disponibilizadas à sociedade pelas entidades, visto que contém informações significativas em relação a ação das empresas em prol da sociedade e do Meio Ambiente. Existem instituições que têm o objetivo de orientar a elaboração dos relatórios sociais, dentre elas, uma das mais importantes é a *Global Reporting Initiative* (GRI).

Todos os Relatórios de Sustentabilidade analisados para a execução desse trabalho são baseados nas diretrizes da GRI em sua quarta versão (G4). Essas diretrizes são revisadas periodicamente, com intuito de oferecer aos relatores mais facilidade para preparo dos relatórios além de padronizar as informações divulgadas (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2013).

Assim, passa-se a abordar a temática da Contabilidade Ambiental no próximo item, especialidade da contabilidade responsável por parte das informações de sustentabilidade presente nos relatórios.

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, surgindo devido a interesses em avaliar, isto é, quantificar, a riqueza da humanidade. Marion (2003, p. 23) define contabilidade como “o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, com a coleta de todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisão”.

Com a globalização e a atual postura da sociedade em relação ao Meio Ambiente, as empresas estão pressionadas a adotarem um novo comportamento sobre questões ambientais. Segundo Brumati (2015, p. 106) a contabilidade “vem acompanhando a evolução da economia e criando novas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais”.

A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional, já amplamente conhecida. Adaptando o objetivo desta última, pode-se definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiras e que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (RIBEIRO, 2010, p. 45).

Semelhantemente, Furlan (2012) afirma que em todas as suas ramificações o maior objetivo da contabilidade é de mensurar e analisar as mutações patrimoniais. O intuito é de gerar dados relevantes aos seus usuários, e a Contabilidade Ambiental é uma importante ferramenta de informação e gestão, todavia, as empresas investem em sustentabilidade ambiental para melhorar sua imagem perante a sociedade, e também visando retorno financeiro.

Constata-se então que a Contabilidade Ambiental gera informações relevantes sobre eventos relacionados ao meio ambiente que causam alguma modificação no Patrimônio das entidades. Auxilia em medida de preservação e oferece mais informações a investidores e a sociedade em geral expondo mais transparência aos interessados por essas informações, divulgadas geralmente por meio do Relatório de Sustentabilidade, que tem como objetivo:

Tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem atividade lucrativa, mensurável em moeda que, a qualquer tempo, possa influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFITSCHER, 2004, p. 39)

Para auxiliar os gestores que estão cada vez mais conscientes de seu importante papel para o equilíbrio do meio ambiente e continuidade das empresas, a Contabilidade Ambiental atua de forma a evidenciar os **custos, despesas e receitas ambientais**, auxiliando a organização a preservar o meio ambiente, evitar prejuízos, crescer economicamente, cumprir a legislação, dentre outros benefícios (LAURINDO, 2016, p. 15).

Brumati (2015 p. 106) afirma que a contabilidade atua como “sistema de informações que tem como objetivo auxiliar o gerenciamento das entidades, para que estas possam garantir sua continuidade”. Uma das formas de oferecer informações pode ser obtida por meio dos custos ambientais, assunto a ser tratado no próximo tópico.

2.2CUSTOS AMBIENTAIS

Finalmente a sociedade em geral demonstra ter entendido que os recursos naturais são escassos, compreendendo assim, a necessidade de preservação ambiental. Levando esta realidade para ótica empresarial, compreende-se que desde fornecedores, prestadores de serviços, e até o consumidor final estão mais exigentes quando o assunto é relacionado a Meio Ambiente. Pressionado por eles, os governos criaram legislações preventivas e punitivas, em relação ao Meio Ambiente. Para se adequar as exigências impostas, e continuarem competitivos, as organizações se dispuseram em aumentar seus custos e adaptar-se ao cenário atual. (FREITAS *et al* 2007).

Os custos ambientais fazem parte do total de custos e consistem no conjunto de gastos monetários incorridos em uma organização. De acordo com Braga (2007) quando tratamos os custos ambientais, a estrutura contábil deve utilizar nomenclaturas que envolvam os custos relacionados, direta ou indiretamente, à operacionalização da gestão ambiental em suas atividades de prevenção, controle, recuperação, monitoramento e reciclagem de resíduos.

De acordo com Santos et al., (2001) compreende os custos ambientais os gastos relacionados direta ou indiretamente à proteção do meio ambiente de qualquer agressão causada pelo homem ou pela própria natureza e que serão ativados em razão de sua vida útil. No qual, são representados nas amortizações, exaustões e depreciações, aquisição de insumos para aplicação em ações de controle, redução ou eliminação de poluentes, tratamento de resíduos de produtos, destinação correta dos resíduos poluentes, tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas, áreas degradadas, mão de obra utilizada nas atividades de preservação e recuperação do meio ambiente, com o propósito de reparar, recuperar, prevenir e proteger o meio ambiente.

Nem sempre os custos ambientais são de fácil identificação, algumas empresas desenvolvem internamente métodos, técnicas ou sistemas para identifica-los. O reconhecimento desses custos é importante para que a empresa possa calcular, mais precisamente o quanto está investindo em Meio Ambiente, para, conseqüentemente, atribuir

esse custo no preço do bem ou serviço oferecido, para obtenção de resultados não distorcidos. (BRANDILI, *et al.*, 2015)

Para Moraes (2000, p. 10) os gastos relacionados direta ou indiretamente à proteção ambiental são custos e serão ativados em função de sua vida útil:

- Amortização, exaustão e depreciação;
- Aquisição de insumos para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos dos produtos;
- Disposição dos resíduos poluentes;
- Tratamentos de recuperação e restauração de áreas contaminadas;
- Mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, etc.

Custos ambientais compreendem os gastos referentes ao gerenciamento de maneira responsável dos impactos no desenvolvimento da atividade empresarial no meio ambiente. Ou seja, qualquer custo decorrente de alguma ação voluntária ou incorrido para atender os objetivos e exigências ambientais dos órgãos reguladores, reconhecidas no momento da identificação (BERGAMINI, 2000).

Como exemplos de custos ambientais pode-se citar: o tratamento de resíduos que serão descartados na natureza para assim diminuir a degradação ambiental, a reutilização de materiais aplicados no processo produtivo, aumentando assim seu ciclo de vida e a recuperação ou manutenção do meio ambiente (MORAES, 2000).

Em sua maioria, os custos ambientais são intangíveis, ou seja, apesar de serem perceptíveis, são difíceis de quantificar. Em geral, como já foi mencionado, são gastos diretos que a entidade tem com proteção do meio ambiente. Porém, estão presentes nas Demonstrações Contábeis de várias empresas, como é o caso da Instituição objeto desse estudo, que mesmo não usando recursos naturais como necessidade direta para prestação de seus serviços se dispôs de recursos financeiros para essa finalidade.

2.3.DESPESAS AMBIENTAIS

As despesas ambientais são gastos relacionados com a preservação da natureza, mas, diferentemente dos custos ambientais, não está relacionado com o processo produtivo da empresa. Furlan (2012) ressalta a importância de distinguirem-se custos de despesas, para se identificar “o valor destinado à preservação, redução ou eliminação dos impactos ambientais na produção e para saber o gasto com a recuperação e reparação de danos ambientais ocorridos anteriormente”.

Ribeiro (1998, p. 95) cita algumas áreas comuns às empresas, que podem gerar despesas ambientais.

[...] todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou do de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e estas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente.

Para melhor entendimento, Carvalho (2008, p. 140) resume despesas ambientais em alguns exemplos:

- Todos os gastos relacionados com as políticas internas de preservação ambiental, como folders, cartazes, cartilhas e outros;
- Salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
- Todos os gastos relacionados com treinamento na área ambiental como: horas-aula do instrutor e aquisição de material de expediente;
- Aquisição de equipamentos de proteção ambiental;
- Despesa com depreciação do material permanente utilizado pela administração na área ambiental;
- Despesa com compensação ambiental;
- Despesa com recuperação ambiental;
- Dano ambiental;
- Despesa com auditoria ambiental;
- Consultoria para elaboração de EIA/RIMA;
- Despesa com licenças ambientais;
- Despesa com multas e indenizações ambientais.

Segundo Moraes (2010) as despesas ambientais podem afetar as demonstrações contábeis em duas situações, como despesas do exercício corrente, quando há gasto com preservação, por exemplo, e como resultados anteriores, quando no exercício atual se descobre a existência de despesas, cujo fato gerador ocorreu em períodos anteriores, neste caso a obrigação é reconhecida, registrando- a como evento de exercícios anteriores.

2.4 RECEITAS AMBIENTAIS

O pronunciamento CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) nº 00 - Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC, 2008, p. 44), em seu item 70, define receita como “aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade”.

O objetivo da implantação de uma gestão ambiental nas entidades não é gerar lucro, e sim ter um maior controle de produção, menor degradação da natureza, cumprir as leis concernentes à proteção ao meio ambiente, etc. No entanto, algumas empresas tem um proveito econômico com sua utilização.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 187), as receitas ambientais decorrem de:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- Venda de produtos elaborados com sobras de insumos do processo produtivo;
- Venda de produtos reciclados (os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras empresas, como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo);
- Receita de aproveitamento de gases e calor;
- Redução do consumo de matérias-primas;
- Redução do consumo de energia;
- Redução do consumo de água;
- Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

2.5 GESTÃO AMBIENTAL

Com a conscientização da sociedade em relação à preservação ao Meio Ambiente, as empresas tiveram que se adaptar a um novo cenário, buscando estar de acordo com a legislação e com cobrança de atitudes por meio de clientes e investidores. A Gestão Ambiental é uma das principais armas para o auxílio às entidades e os Relatórios de Sustentabilidade o principal instrumento da sociedade para verificar as atitudes da mesma. Neste sentido Tinoco e Kraemer (2008, p. 114) dizem que a:

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades. [...] ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Normalmente as empresas estão implementando a Gestão Ambiental para desenvolver políticas acerca dos problemas ambientais, a fim de evitar custos nesse ramo, como pagamentos de multas e indenizações, provenientes de degradação ambiental por exemplo. No entanto, mesmo não tendo como foco principal a geração de receitas, nada impede que a empresa obtenha vantagens econômicas deste processo (BRUMATI, 2015).

2.6 RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL

Quando uma determinada empresa passa a adotar medidas de proteção ambiental naturalmente, visando a boa imagem perante a sociedade, a mesma irá querer divulgar os investimentos feitos durante o exercício social. Uma maneira adequada de demonstrar estes investimentos é através dos relatórios contábeis.

O crescimento da consciência ambiental tem se tornado uma arma fundamental para preservação da natureza, e as empresas precisam atender a essa exigência do mercado através de ações legítimas e verdadeiras. Conseqüentemente divulgam seus atos benéficos, criando assim um círculo virtuoso, essa publicidade, torna-se um instrumento de educação ambiental, que por sua vez contribui para aumentar o número de consumidores responsáveis (BARBIERI, 1997).

Na avaliação de Martin; De Luca (1994, p. 25)

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos, seja com nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigação contraídas e prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

É de interesse da sociedade em geral que as empresas divulguem além do desempenho econômico, também as contribuições sociais e ambientais. Tais informações devem ser transparentes, de fácil acesso, simples, porém completas, para facilitar o entendimento dos diversos públicos. Várias empresas brasileiras já fazem, há algum tempo, a divulgação dessas informações através da divulgação de Balanço Social e/ou Relatório Socioambiental.

Apesar de a contabilidade possuir o Balanço Social como ferramenta para disponibilizar informações sociais, apenas esse relatório não gera a possibilidade de analisar ou mesmo comparar as ações realizadas pelas empresas com os resultados divulgados nos demais relatórios, como por exemplo, os resultados contidos no relatório de sustentabilidade. (IGARASHI *et al*, 2004, p. 35).

Complementando, de acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 32),

Balanço social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais.

O relatório de sustentabilidade revela as práticas adotadas pelas entidades, por esse motivo é mais abrangente que o Balanço Social. Segundo publicação da GRI (2013, p.3)

O relato de sustentabilidade auxilia as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis. Relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos de uma organização – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Assim, eles dão forma tangível e concreta a questões abstratas, ajudando as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias.

2.7 NBC T 15

Divulgada em 19 de agosto de 2004 a NBC T 15 padroniza os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, que devem ser adotados pelas entidades desde 1º de janeiro de 2006. Apesar de sua importância, as normas, diferente das leis, não tem caráter obrigatório. Beuren, Nascimento e Rocha (2013) esclarecem que as informações ambientais são complementares às demonstrações contábeis, e apenas abrange as companhias abertas, que, de acordo com a Lei nº 6.404/76, são obrigadas a publicá-las.

Furlan (2012) complementa que por não existir uma lei específica, o entendimento jurídico é pela não obrigatoriedade da apresentação do Balanço Ambiental pelas empresas potencialmente poluentes no Brasil, mesmo que este fato represente um retrocesso diante dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e das exigências cada vez mais intensas do mercado global.

Como já mencionado, não há uma normalização que submeta as entidades a evidenciar as informações ambientais em nosso país, diante disso, Sousa, Bueno e Alves (2013), observam que a divulgação voluntária não conta com um padrão a ser seguido pelas empresas, dificultando, por vezes, a comparação entre elas e a confiabilidade das informações apresentadas, além de incentivar a apresentação de maior número de questões positivas que negativas.

No item 15.2 da NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental - são especificadas as informações a serem divulgadas pelas entidades, conforme estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC): Distribuição de Riqueza; Recursos humanos; Interação da Entidade com o Ambiente Externo; e Interação com o Meio Ambiente.

O Quadro 1 apresenta em breves detalhes os conceitos e objetivos de cada informação que compõe o conjunto de evidenciação ambiental exigida na NBC T 15:

Tipo de informações	Conceitos e objetivos
(i) Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a demonstração do valor adicionado.
(ii) Recursos Humanos	Dados referentes a funcionários, informações como a remuneração, benefícios, composição do corpo funcional, contingências e passivo trabalhistas da empresa, com também a mão de obra trabalhista.
(iii) Interação com o meio externo	Neste campo cabem as informações de relacionamento da empresa com a comunidade, com os clientes e os fornecedores incluindo também incentivos decorrentes dessa interação.
(iv) Interação com o meio ambiente	Cabem a esse item as informações relativas da entidade com o meio ambiente, seus investimentos e gastos para com a natureza, com educação ambiental, com projetos ambientais e todas as outras ações que se encaixem na questão de preservação ambiental que a empresa pratique.

Quadro 1 – Conceitos e objetivos das informações da NBC T.15

Fonte: kruger *et al.* (2014) Adaptado da NBC T.15 (2004).

O conjunto de informações requisitadas pela NBC T.15 (2004), contempla a geração e distribuição de riquezas, este conjunto é evidenciado a partir da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), observa-se que a DVA passou a ser obrigatória a partir da Lei 11.638/2007 para as empresas de grande porte e de capital aberto (DOMENICO *et al*, s.d.)

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 09 (CPC, 2008, p. 10) – Os principais componentes na formação da riqueza das instituições financeiras são:

- a) Receitas de intermediação financeira - inclui as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.
- b) Receita de prestação de serviços - inclui as receitas relativas à cobrança de taxas por prestação de serviços. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão - inclui os valores relativos à constituição e baixa da provisão.
- c) Outras receitas - inclui parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade, etc. Inclui também valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos e perdas na baixa de imobilizados, ganhos e perdas na baixa de investimentos, etc.

Ainda de acordo com o CPC 09 para as empresas em geral utiliza-se um modelo de DVA, denominado como modelo I pelo próprio pronunciamento, porém, para entidades com atividades específicas, como instituições financeiras – ramo de atividade da empresa em

estudo – utiliza-se um modelo diferenciado, denominado modelo II, disponível no ANEXO B deste estudo, para melhor entendimento.

O segundo conjunto de informações contém dados quantitativos em relação ao quadro de funcionários da empresa como gastos com salários, benefícios, e também algumas informações qualitativas, como total de admissões no exercício, faixa etária e grau de escolaridade do quadro funcional em geral, além de informações concernentes a ações trabalhistas movidas contra a entidade.

Em resumo, o terceiro e quarto conjunto de informações, apesar de serem itens separados na NBC T 15, se correlacionam, pois, muitas ações tomadas pelas entidades beneficiam tanto público externo, como meio ambiente, e vice-versa, podemos citar como exemplo saneamento básico, projetos ambientais que favorecem famílias carentes, a comunidade em geral e o Meio Ambiente.

Nestes dois últimos itens, fica também determinado que as entidades divulguem informações referentes a reclamações, denúncias e multas movidas e pagas contra a empresa, a favor de usuários externos e por degradação ambiental, no entanto, por não haver obrigatoriedade de cumprimento das normas, como já foi mencionado, a instituição em estudo praticamente se absteve de mencioná-las.

Todos os itens abordados na NBC T 15 são de suma importância para a sociedade, porém, para a presente pesquisa, serão aprofundados os concernentes à Interação com o Meio Ambiente, relacionada no item 15.2.4.1 das Normas, os quais devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos
- g) contra a entidade;
- h) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- i) passivos e contingências ambientais.

Na sequência, passa-se a abordar a metodologia da pesquisa.

3METODOLOGIA

O objetivo geral deste trabalho foi o analisar e comparar entre si, os Relatórios Socioambientais da instituição, dos anos de 2014, 2015 e 2016, tendo como parâmetro a NBC T 15, divulgada em 19 de agosto de 2004, e entrando em vigor no dia 1º de janeiro de 2006.

Diante disso, a metodologia usada na pesquisa foi a revisão bibliográfica, segundo os autores Carvalho et al, (2004, p. 3) a consulta das fontes consiste em:

[...] identificação das fontes documentais (documentos audiovisuais, documentos cartográficos e documentos textuais), na análise das fontes e no levantamento de informações (reconhecimento das ideias que dão conteúdo semântico ao documento).

Os autores ainda defendem que a pesquisa bibliográfica é a busca de uma problematização de um projeto de pesquisa a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas. Ela constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

Para complementar, os autores Cervo e Bervian (1983, p. 55) definem a pesquisa bibliográfica como a que:

[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Para finalizar, Beuren et al (2010), ratifica que no que diz respeito a estudos contábeis, percebe-se que a pesquisa bibliográfica está sempre presente, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No que se refere aos objetivos, foi utilizada a metodologia exploratória e explicativa. Gil (2007, p. 43) ensina que o tipo de pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental.

Beuren et al (2010, p. 80), salienta que uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determina temática

não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto.

Já a pesquisa explicativa, ainda na visão de Beuren et al (2010, p. 83) é relevante pois o seu grau de maturidade está no detalhamento com que esse tipo de pesquisa procura responder à questão-problema, o que não ocorre na pesquisa exploratória e na descritiva. O autor Andrade (2002, p. 20), considera que:

[...] a pesquisa explicativa é um tipo de pesquisa mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por esse motivo está mais sujeita a erros.

Os procedimentos utilizados para realização da pesquisa foram o estudo de caso e documental. Vergara (2000, p. 49) em sua definição de estudo de caso resume que o procedimento se limita a uma ou poucas unidades, entendidas essa como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.

Em sua definição Fonseca (2002, p. 33) caracteriza o estudo de caso:

[...] como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

A pesquisa documental foi realizada através dos dados encontrados nos Relatórios de Sustentabilidade, divulgados pela instituição financeira em seu site oficial.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A análise do problema é quali-quantitativa. Richardson (1999, p. 80) defende que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último. (BEUREN, 2010, p. 92).

Richardson (1999, p. 70) afirma que a abordagem quantitativa

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Esclarece Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE

A amostra da pesquisa serão os Relatórios Socioambientais divulgados por uma Instituição Financeira pública brasileira, nos exercícios de 2014 a 2016, em consonância com NBC T 15.

Ela determina quais os procedimentos adotados pelas entidades para correta evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Conforme divulgado na NBC T 15 entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

Mais especificamente, será abordado o item *d* dessa resolução, devido ao cenário de grande preocupação com o ecossistema, buscando instigar os leitores a desenvolverem ainda mais o senso de averiguação do cumprimento das normas ambientais pelas entidades, tendo em vista que cabe a todos a responsabilidade de cuidar do nosso habitat.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Serão utilizados os Indicadores constantes na NBC T-15, informações de natureza social e ambiental, alínea d, em relação à interação com o meio ambiente.

Os dados serão extraídos dos dois Relatórios Socioambientais divulgados pela instituição financeira.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Serão efetuadas análises dos itens visando identificar se houve alguma variação de um exercício para outro, medindo por meio de análise horizontal e vertical.

Para tanto, foi elaborado o Quadro 1, contendo a identificação das variáveis dos requisitos de divulgação ou elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15.

Cod. Var.	Definição Variável em análise:
ED. 1	Inv. e gastos c/ manut. nos processos operacionais p/ a melhoria do Meio Ambiente
ED. 2	Inv. e gastos c/ a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
ED. 3	Inv. e gastos c/ educação ambiental p/ empregados, terceirizados, autônomo e adm da entidade
ED. 4	Inv. e gastos c/ educação ambiental para comunidade
ED. 5	Inv e gastos c/ outros projetos sociais ambientais
ED. 6	Qtd de processos ambientais, adm e judiciais movidos contra entidade
ED. 7	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental
ED. 8	Passivos e contingências ambientais
ED. 9	Informações referentes aos gastos relacionados ao corpo funcional da entidade
ED. 10	Informações relativas a composição de recursos humanos
ED. 11	Informações relativas a ações trabalhistas movidas contra a entidade
ED.12	Informações relativas a interação com cliente

Quadro 2 – Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15

Fonte: Adaptado da NBC T.15 (2004).

Os dados das variáveis foram realizados por meio de codificação dos atributos exigidos pela NBC T-15 nesta averiguação, sendo utilizados “0” e “1”, de acordo com legenda da Quadro 3.

Codificação dos atributos	Significados
0	Elementos não divulgados
1	Elementos parcialmente divulgados
2	Elementos divulgados

Quadro 3 – Codificação dos atributos

Fonte: Adaptado de Barbosa *et al* (2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho teve por objetivo analisar e comparar as informações divulgadas nos Relatórios Socioambientais publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016, de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15.

Na análise dos dados das informações dos relatórios da instituição pesquisada, onde os elementos encontrados foram suficientes, foi utilizada a ferramenta Microsoft Excel, para gerar os gráficos apresentados na análise dos resultados. Os dados são apresentados por exercício, na sequência.

4.1 – EXERCÍCIO DE 2014

Os dados coletados no Relatório do exercício de 2014 apresentaram os seguintes elementos, conforme Figura 1:

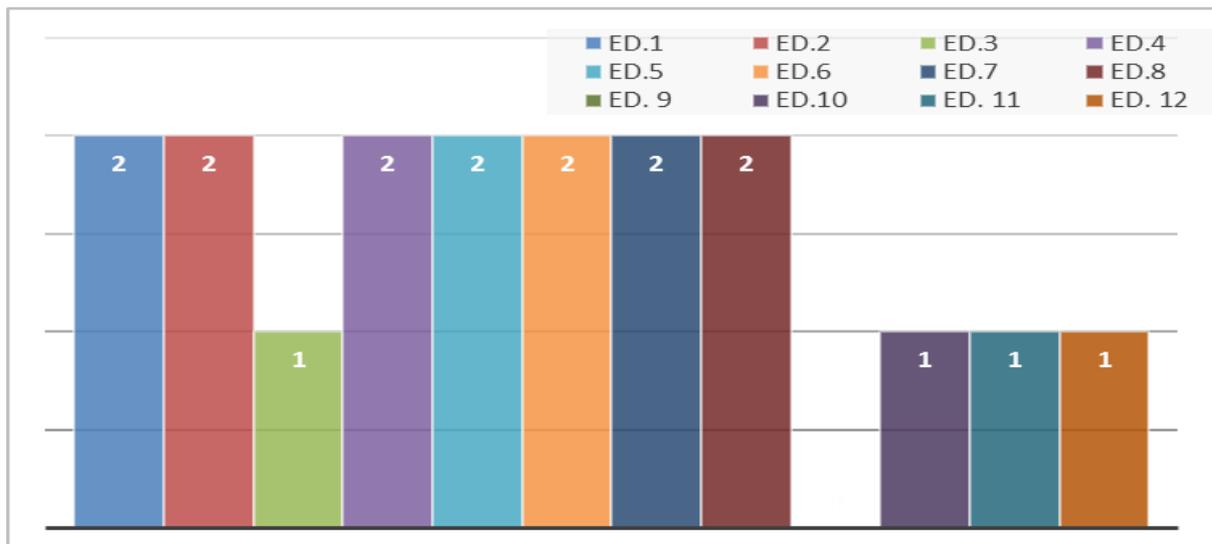


Figura 1: Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15- exercício de 2014

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Pode-se verificar por meio da Figura 1, que em 2014, dos doze elementos de divulgação utilizados na pesquisa, sete foram totalmente apresentados pela empresa: os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do Meio Ambiente, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade, investimentos e gastos com outros projetos sociais e ambientais, quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra entidade, valor das multas e indenizações relativas

à matéria ambiental e passivos e contingências ambientais. Foram divulgados parcialmente os investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomo e administração da entidade, informações relativas a composição de recursos humanos, informações relativas a ações trabalhistas movidas contra a entidade e informações relativas a interação com cliente. O elemento não divulgado é o que diz respeito ao corpo funcional da entidade; nesse item, treze tópicos devem ser verificados, como por exemplo gastos com alimentação, gastos com transportes, gastos com previdência privada, entre outros. Conforme item 15.2.2.3 da NBC T 15, estes dados precisam estar expressos monetariamente, pelo valor total do gasto com cada item, sendo ainda necessário especificar a quantia de empregados envolvidos beneficiados.

A atividade exercida pela empresa pesquisada não é potencialmente poluidora, mesmo assim, em relação ao elemento de divulgação seis, no que diz respeito à quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade, ela se mostrou alinhada as exigências da NBC T 15, informando em seu relatório que não houve caso de processos ou indenizações ambientais.

4.2 – EXERCÍCIO DE 2015

Em relação ao exercício de 2015, os dados coletados estão apresentados na Figura 2.

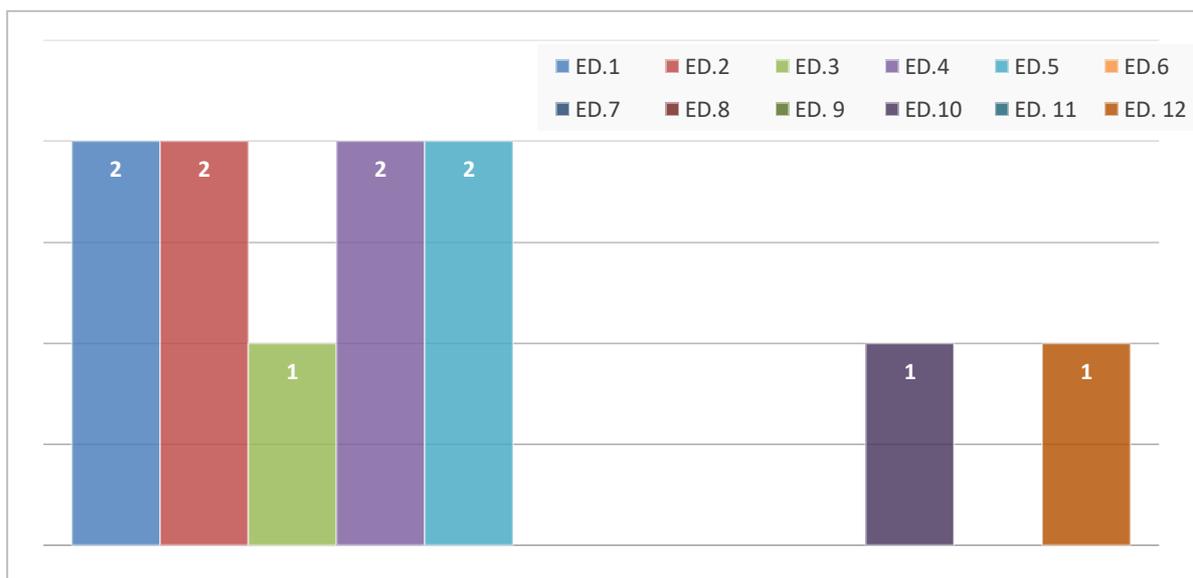


Figura 2: Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15, exercício de 2015

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Analisando a Figura 2, pode-se notar que menos da metade dos elementos de divulgação foram evidenciados de forma completa: os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhorias do Meio Ambiente, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade e investimentos e gastos com outros projetos sociais e ambientais. Em 2014 apenas uma informação não havia sido divulgada, em 2015 esse número passou para cinco: quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental; passivos e contingências ambientais; informações referentes aos gastos relacionados ao corpo funcional da entidade e informações relativas a ações trabalhistas movidas contra entidade. Três elementos foram divulgados de forma parcial: Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomo e administração da entidade, informações relativas à composição de recursos humanos e as informações relativas a interação com cliente.

Outro fato que desperta a análise são os meios de comunicação: não raramente divulgam matérias relacionadas às ações trabalhistas e as instituições financeiras quase sempre lideram esse ranking. Em 2013 foi divulgada pela Revista Exame, uma matéria com o título “As empresas que mais frequentam a Justiça do Trabalho”, onde, das dez empresas listadas na matéria divulgada pela Revista, cinco são instituições financeiras. A empresa pesquisada é uma delas; porém, conforme divulgado no próprio Relatório de Sustentabilidade de 2015, a entidade considera sigilosa as informações referentes a esse assunto.

4.3 – EXERCÍCIO DE 2016

Em relação ao exercício de 2016, os dados coletados estão apresentados na Figura 3.

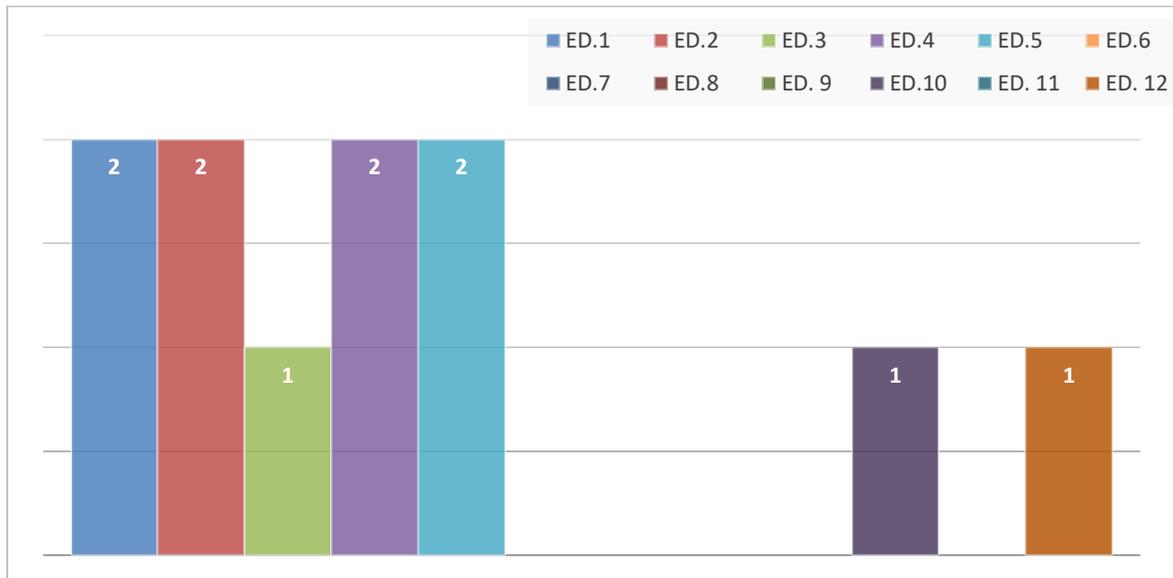


Figura 3: Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15- exercício de 2016

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

No último exercício analisado, não houve variação em relação ao anterior, pois a empresa optou em manter o mesmo padrão de divulgação, onde, notoriamente, se prioriza a evidenciação de “boas ações”. Entre estas estão os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, gastos com educação ambiental para empregados e para a comunidade e também gastos com projetos sociais e ambientais.

Da mesma forma do exercício anterior, a instituição considerou sigilosa a informação a respeito de ações trabalhistas movidas contra ela. Logo, os resultados explanados demonstram a necessidade de se realizar novos estudos em relação ao assunto, visando verificar se as empresas realmente estão usando o Relatório de Sustentabilidade para sua finalidade, ou se estão somente buscando uma autopromoção.

4.4 –RESUMO DOS DADOS

Para melhor visualização dos dados coletados, segue a Figura 4.

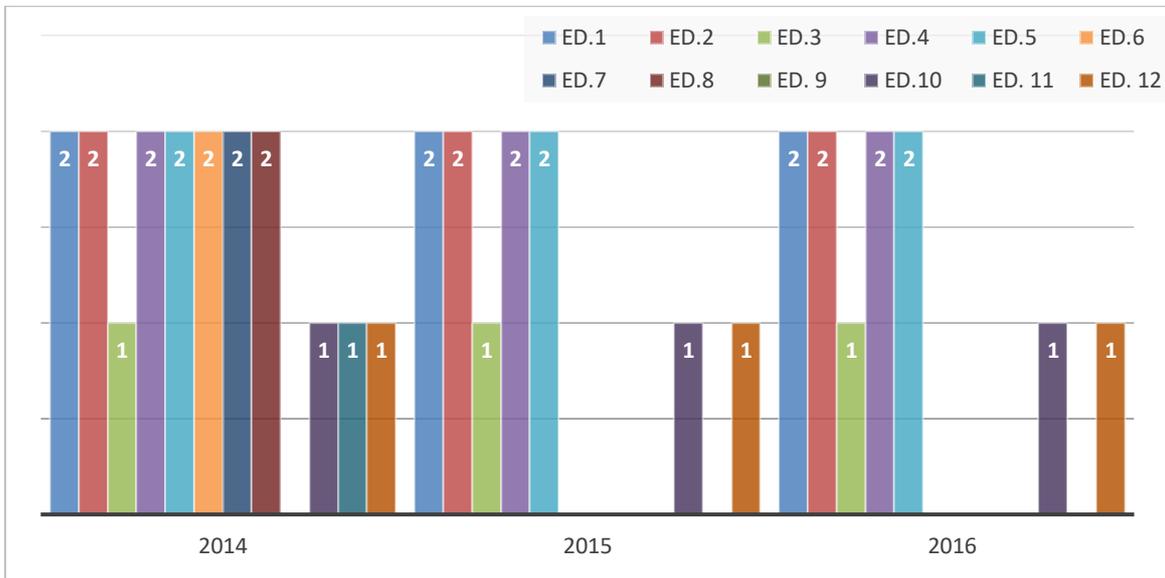


Figura 4: Resumo dos Elementos de divulgação (ED), segundo a NBC T-15- exercício de 2014 a 2016

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Diante da figura 4, cabe ressaltar que a entidade manteve o mesmo padrão de divulgação nos cinco primeiros itens de evidenciação, todos eles são referentes a algum investimento ou gasto feito pela empresa para beneficiar o Meio Ambiente. Os elementos de evidenciação 6, 7 e 8 foram divulgados de forma completa em 2014 (informando a não incidência) mas em 2015 e 2016 a empresa optou pela não publicação dos itens; o motivo não foi explanado, mas todos são referentes a processos e valor de multas envolvendo questões ambientais

Apesar dos serviços prestados e produtos oferecidos pela instituição não oferecerem riscos à natureza, a não publicação dos Elementos de Divulgação 6, 7 e 8 podem deixar margem para o surgimento de dúvidas em relação à empresa e degradação ambiental, donde se justifica a importância da divulgação completa das informações.

Dessa forma, o conjunto de figuras numerados de 1 a 4 contemplam a demonstração da participação e da responsabilidade ambiental da estatal, em conformidade com as exigências da NBC T-15.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conteúdo comprovou que a instituição investigada teve a preocupação de divulgar e evidenciar as diretrizes e políticas sustentáveis desenvolvidas.

Os elementos de evidenciação que teve maior destaque citado pela instituição bancária investigada nos períodos de 2014 a 2016 foram os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do Meio Ambiente, com a preservação ou recuperação de ambientes degradados, com educação ambiental para a comunidade e outros projetos sociais e ambientais. A contabilidade é uma aliada para evidenciação das práticas ambientais e sociais, através das suas Demonstrações Contábeis, mais especificamente Relatório de Sustentabilidade e/ou Balanço Social. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar e comparar as informações divulgadas nos Relatórios Socioambientais publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016.

De acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15, chegou-se ao resultado que elas são evidenciadas parcialmente, analisando os três exercícios; pode-se ainda concluir que há uma tendência, a cada exercício que se passa, de menor evidenciação das informações estabelecidas pela norma.

Pode-se considerar que o Relatório referente a 2014 está satisfatório, pois dos doze elementos de divulgação, apenas um deixou de ser explanado, sendo sete deles apresentados de forma completa, e quatro de forma incompleta, ou seja, mesmo as informações que não favorecem a instituição foram evidenciadas, demonstrando transparência e cordialidade com a NBC T 15.

Já as informações divulgadas referentes aos exercícios de 2015 e 2016 sofreram um declínio, muitas ações socioambientais foram divulgadas pela empresa, demonstrando compromisso com a população e o Meio Ambiente, como programas de saneamento básico, projetos de capacitação, recuperação de ambientes degradados, mesmo não sendo a instituição responsável pela degradação. Porém, informações como ações trabalhistas movidas contra entidade, foram consideradas sigilosas pela instituição.

Diante do exposto, e considerando as falhas encontradas pela falta de padronização e obrigatoriedade, pesquisas futuras relacionadas ao mesmo assunto podem contribuir para a regulamentação da evidenciação necessária das informações, afim de que as empresas não utilizem o Relatório Socioambiental apenas para divulgar o que é mais conveniente.

5.REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARBOSA, E. de S.; *et al.* Evidenciação das Informações Ambientais segundo a NBC T-15: Um Estudo nas Empresas do Setor de Papel e Celulose de 2006 a 2010. Ano 2014, v. 4, nº 1, p. 19-41

BARBIERI, José Carlos. **Competitividade Internacional e Normalização Ambiental**. In Anais IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, nov. 1997.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, n.9, p.3-11, ago-out. 2000.

BEUREN, I. M. (Coord). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed São Paulo: Atlas 2010.

BEUREN, I. M.; NASCIMENTO, S.; ROCHA, I. Nível de evidenciação ambiental e desempenho econômico de empresas: aplicando a análise envoltória de dados. **Future StudiesResearchJournal** . , v.5, n.1, pp. 198 –226, 2013.

BORGES et al. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção**. V20, n3, p.p. 404-417, 2010.

BRANDILI, E. N; PANDOLFO, A; BARBACOV, N. E; MORO, L. Identificação dos custos ambientais em uma empresa alimentícia de Passo Fundo – RS. **Revista CIATEC – UPF**, vol.7 (1), p.p.39-55, 2015.

BRUMATI, Débora Natalia. Contabilidade da Gestão Ambiental: ativos e passivos ambientais em empresas, em Alta Floresta/MT, em 2014-2015. **Refaf Revista Eletrônica**, vol. 2, n4 (2015) Disponível em <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/213>>. Acesso em jun. 2017.

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em 17 de Abril de 2016.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2008

CERVO, Amado Luiz; BERVIA, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CPC - COMITÊ DE PRONUNIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00: Estrutura Conceitual para a Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2008.

COMITÊ DE PRONUNIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília, 2008.

DE LUCA, Márcia M. Mendes. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. CFC, ano 23, nº 86, março 1994.

DOMENICO et al. As práticas de responsabilidade socioambiental das empresas listadas no ISE em conformidade com a Normativa NBC T.15. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. S.d. Disponível em <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/112.pdf> Acesso em Jul 2017.

EXAME. **Os 20 maiores bancos do Brasil em valor de ativos**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/os-20-maiores-bancos-do-brasil-em-valor-de-ativos/>> Acesso em: jul. 2017.

EXAME. **As empresas que mais frequentam a Justiça do Trabalho**. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/as-empresas-que-mais-frequentam-a-justica-do-trabalho/>> Acesso em: jul. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, J. L; PANDOLFO, A; BORDIGNON, S; KUREK, J. **Custo ambiental: uma abordagem sobre o conceito e sua aplicação em uma indústria no processo de microfusão de aço**. In: Congresso Brasileiro de Custos, XIV, 2007, João Pessoa – PB.

FURLAN, R. C. Contabilidade ambiental e sua obrigatoriedade: uma abordagem no estado de Roraima. **Examãpaku**. V5, n1 (2012). Disponível em: <<https://revista.ufr.br/examapaku/article/download/1448/1038>> Acesso em: jul. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. 2013. **G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em 26 de Mar 2016.

IGARASHI, D. C. C.; IGARASHI, W.; LIMA, E. C.; DALBELLO, L. e JUNIOR, J. B. H. **Análise do alinhamento entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/13287/pdf>> Acesso em: 24 de Mar 2016.

KRUGER, S. D.; LAMPA, B. K. B.; MAZZIONI, S.; PETRI, S. M.; DIEL, F. J. Práticas de responsabilidade social e ambiental de empresas agroindustriais. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 16, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Engema, 2014.

LAURINDO, Jamile da Silva. **A contabilidade ambiental como instrumento de gestão interna nas organizações**. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Jamile-da-Silva-Laurindo.pdf>> Acesso em: 20 de Mar. 2016.

Nogueira, E. P.; Faria, C. A. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da *Global Reporting Initiative*. **Rev. Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 119-139, oct./dic. 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed São Paulo: Atlas 2003

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. Evidenciação Ambiental segundo a NBC T 15: uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014. **Redeca Revista Eletrônica do departamento de Ciências Contábeis & departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA**. V.3, n2 p.p. 93-109 2016) Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/31073>> Acesso em Jul 2017.

MORAES, R. O; JUNQUEIRA, E. R; CARVALHO N. C. **A Avaliação de Desempenho Ambiental: Um Enfoque para os Custos Ambientais e os Indicadores de Eco-Eficiência**. In: Congresso Brasileiro de Custos, VII, 2000, Recife, PE. Disponível em <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3019/3019>>. Acesso em: 20 jul 2017.

PFISTER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da Contabilidade e Contabilidade Ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – FEA/USP, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS et al. Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Finanças**, v. 16, n. 27, p. 89-99 (2001)

SOUSA, E. G.; BUENO, J. M.; ALVES, M. B. F. A evolução dos relatórios de sustentabilidade: uma avaliação em quatro empresas brasileiras do ramo de energia elétrica. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, v. 10, n. 13, 2013. Disponível em <http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/viewFile/221/119> Acesso em Maio 2017.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**, 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXO A - Resolução CFC nº 1.003/04

Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e

os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;

- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
 - menores de 18 anos
 - de 18 a 35 anos
 - de 36a 60 anos
 - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
 - analfabetos
 - com ensino fundamental
 - com ensino médio
 - com ensino técnico
 - com ensino superior
 - pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a

comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- b) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- c) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- d) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- e) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- f) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- g) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação

- de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
 - d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
 - e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
 - f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
 - h) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
 - i) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.
- 15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.
- 15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

ANEXO B -Modelo II - Demonstração do Valor Adicionado - Instituições Financeiras Bancárias – CPC 09

DESCRIÇÃO	Emmilhare sdereais 20X1	Emmilhare sdereais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) IntermediaçãoFinanceira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidaçãoduvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valoresativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6-VALORADICIONADOLÍQUIDOPRODUZIDOPELAENTIDADE(4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneraçãodireta		

9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juro sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.